



OBSTÁCULOS TRIBUTÁRIOS AO CRESCIMENTO

TRIBUTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CIDADANIA
EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL

RAZÕES DA CARGA TRIBUTÁRIA.
DESENVOLVIMENTO E CONTROLE SOCIAL DO GASTO PÚBLICO

DEPARTAMENTO DE COMPETITIVIDADE E TECNOLOGIA

DECOMTEC

07 DE DEZEMBRO DE 2010



1. Comparativo Internacional da Carga
2. Distorções do Sistema Tributário Nacional
3. A Carga na Indústria de Transformação
4. Por que a carga é mais elevada na indústria?
5. Consequências das distorções do Sistema Tributário Nacional
6. Educação Fiscal
7. Síntese e Propostas

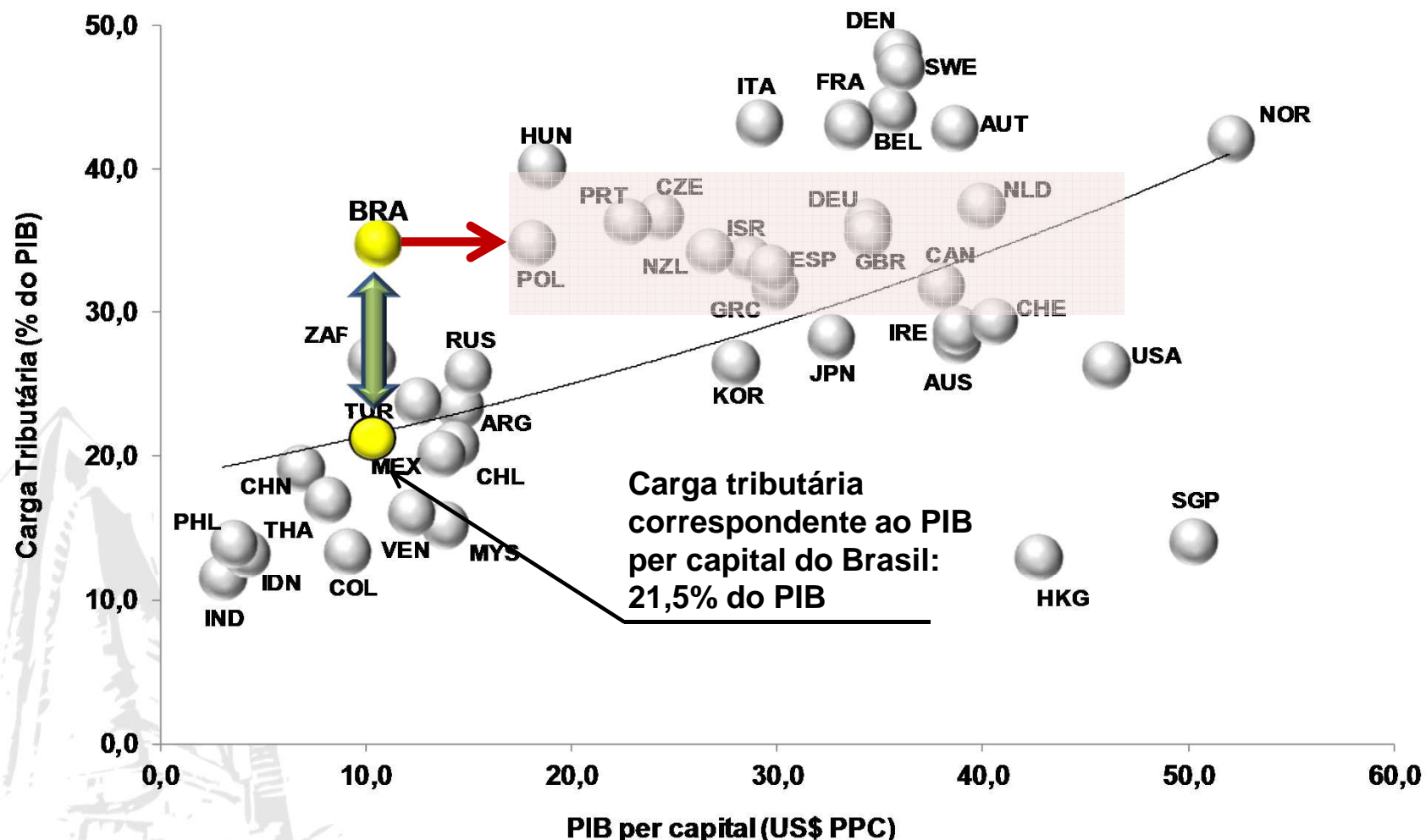


1. Comparativo Internacional da Carga Tributária

A carga tributária não condiz com a renda *per capita* dos brasileiros. **FIESP**

A carga tributária correspondente à renda per capita dos brasileiros deveria ser de 21,5% do PIB. No entanto, a carga tributária brasileira atual é compatível com o PIB *per capita* da Polônia, Portugal, República Checa, Israel, Espanha, Grécia, Reino Unido, Canadá, Alemanha, Holanda e Austrália.

Carga Tributária (2008) x PIB per capita (US\$ PPC, 2009)

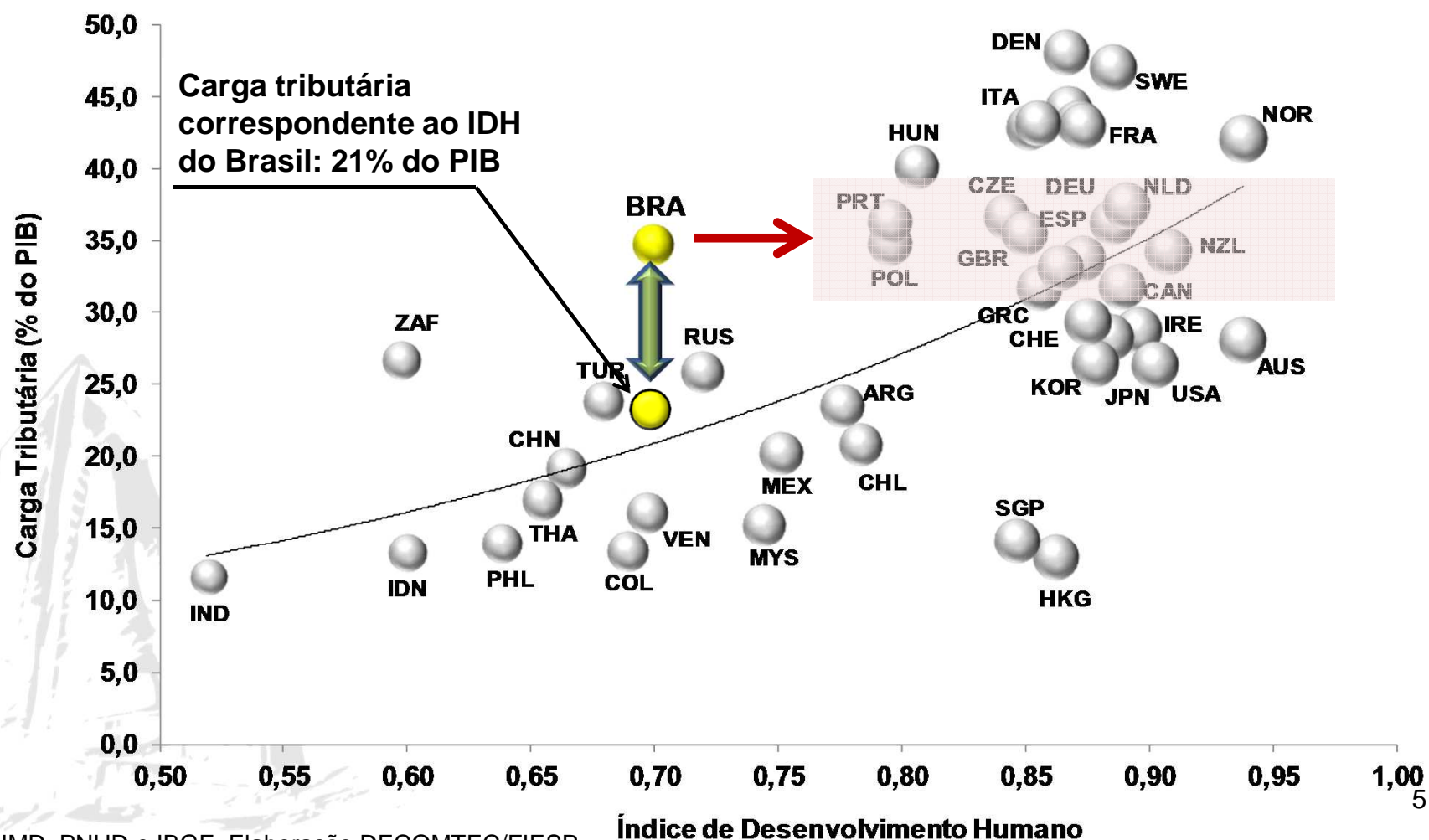


Além disso, a carga tributária brasileira não corresponde a um IDH adequado para o país. **FIESP**

Em relação aos retornos sociais, o nível de IDH brasileiro corresponderia a uma carga tributária de 21% do PIB. Em outras palavras, a carga atual deveria corresponder a um IDH semelhante ao da Polônia, Portugal, Reino Unido, Espanha e Alemanha.

Carga Tributária (2008) x Índice de Desenvolvimento Humano (2010)

● Índice D. Humano



A Carga Tributária

- É Elevada.
- Não é compatível com a renda per *capita* dos brasileiros.
- Não é compatível com os resultados esperados pela sociedade como, por exemplo, o nível do IDH.



2. Distorções do Sistema tributário Nacional

Alta tributação sobre o consumo e a produção

Em 2007, os tributos sobre bens e serviços somados aos incidentes sobre a mão-de-obra corresponderam a quase 70% da carga. Esses tributos penalizam a produção e o consumo, restringindo o emprego.

NATUREZA DA RECEITA	2007
Tributos sobre Comércio Exterior	2,2%
Tributos sobre Bens e Serviços	46,1%
Tributos sobre o Patrimônio	3,4%
Tributos sobre a Renda	21,3%
Tributos sobre a Mão-de-obra	23,7%
Demais	3,3%
Total da Receita Tributária	100,0%

Burocracia excessiva que prejudica as empresas ao elevar os custos para o cumprimento das obrigações tributárias **FIESP**

“O Estado de São Paulo editou, em média, 33,5 atos por mês nos últimos quatro anos [...]”

(Clóvis Panzarini; O Estado de S. Paulo - 29/11/2010)

Fator/Indicador	Brasil	Países selecionados⁽¹⁾	OCDE⁽²⁾
Facilidade para pagar tributos (horas/ano)	2.600	202	216

R\$ 20 bilhões⁽³⁾
são gastos com
burocracia tributária

**Existem mais
de 85 tributos
no Brasil⁽⁴⁾**

**a cada 26
minutos⁽⁵⁾ a
Receita Federal
cria 1 nova regra**

Fontes: Indicadores de Governança do Banco Mundial,(2008); Banco Mundial – Easy Doing Business (2010).. Elaboração: DECOMTEC/FIESP.

(1) Alemanha, Austrália, Canadá, Chile, Cingapura, Coreia do Sul, Costa Rica, Espanha, EUA, Finlândia, Irlanda e Japão.

(2) A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico tem 33 países membros: Alemanha; Austrália; Áustria; Bélgica; Canadá; Dinamarca; Estados Unidos; Finlândia; França; Israel; Itália; Japão; Holanda; Noruega dentre outros.

(3) Bertolucci (2001) – custo de conformidade em relação ao PIB, dados atualizados para o ano de 2007.

(4) Portal Tributário: Nesse número de tributos não estão incluídos o IUD, o IPTU, o ITR e as tarifas públicas.

(5) Brasil Econômico (28/06/10)

Tributos são calculados com alíquotas “por dentro” e em cascata vertical

A arrecadação dos tributos indiretos (IPI, PIS, COFINS e ICMS) é relevante e, em 2008, respondeu por quase 40% das receitas tributárias de todas as esferas de Governo.

Por esses tributos serem cobrados em cascata vertical, e, três deles (ICMS, PIS e COFINS) apresentarem alíquotas calculadas “por dentro”, há a dificuldade de percepção quanto ao percentual, de fato, cobrado de alíquota em cada uma das diversas mercadorias e serviços.

A incidência de alíquotas “por dentro” eleva o percentual de tributo a ser recolhido porque inclui o próprio tributo na base de cálculo. Por exemplo, uma alíquota de 25% de ICMS - muito comum nas contas de energia elétrica - calculada “por dentro” passa para 33,3%.

O cálculo “por dentro” não se dá apenas no ICMS, outros tributos também utilizam dessa estratégia para aumentarem suas fatias, citam-se o PIS/PASEP e a COFINS, ambos de competência federal e, além do cálculo “por dentro”, apresentam cascata vertical com o ICMS e o IPI.

O sistema tributário apresenta:

- Alta tributação sobre o consumo e a produção.
- Folha de pagamentos muito tributada.
- Burocracia: excesso de normas e de tributos.
- Falta de Transparência. A população não é informada sobre o quanto paga de tributos. Além disso, dois mecanismos de cobrança mascaram as alíquotas:
 - Cascata vertical – incidência de um tributo sobre outro, que eleva o ônus tributário. Por exemplo: quando o IPI integra a base de cálculo do ICMS.
 - Alíquotas calculadas “por dentro” que mascaram o valor cobrado de impostos. Por exemplo: o ICMS de 25% na energia elétrica, calculado por dentro, passa para 33,3% do valor da conta.



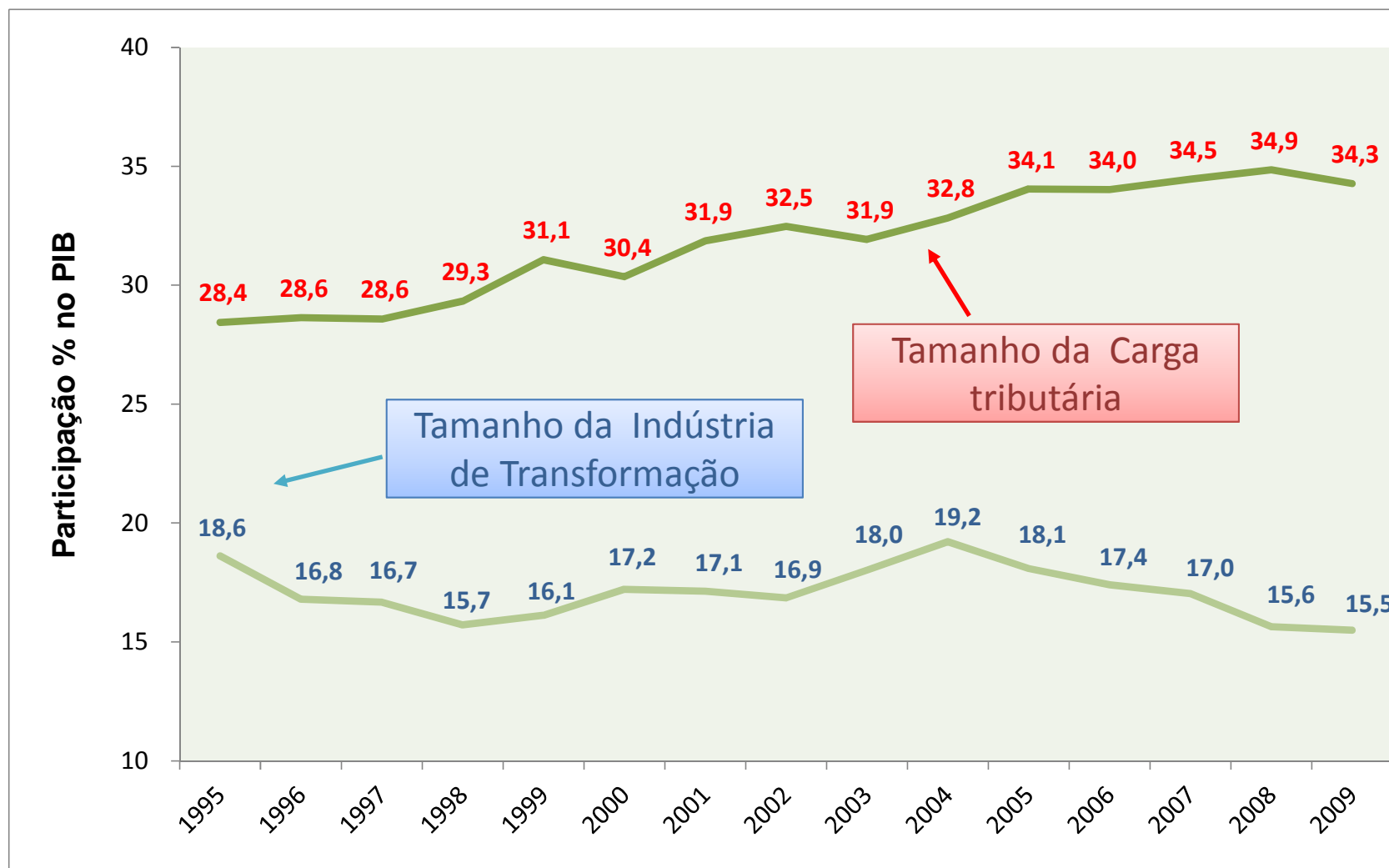
3. A Carga na Indústria

Na pesquisa da FIESP, Barreiras para o crescimento da indústria paulista, dentre os grandes temas abordados, a tributação foi citada por 65% dos entrevistados como a principal barreira ao crescimento industrial.



Ranking	Barreiras	Total	Pequena	Média	Grande
1º	Tributação	65%	64%	68%	64%
2º	Juros e Crédito	11%	15%	10%	10%
3º	Mão de obra	9%	11%	9%	9%
4º	Câmbio e comércio exterior	4%	1%	4%	6%
5º	Política industrial e inovação	3%	3%	4%	4%
6º	Energia / Telecomunicações	2%	2%	3%	2%
7º	Transportes	2%	1%	1%	2%
8º	Ambiente legal / regulatório	2%	2%	1%	2%
9º	Meio ambiente	1%	1%	1%	2%

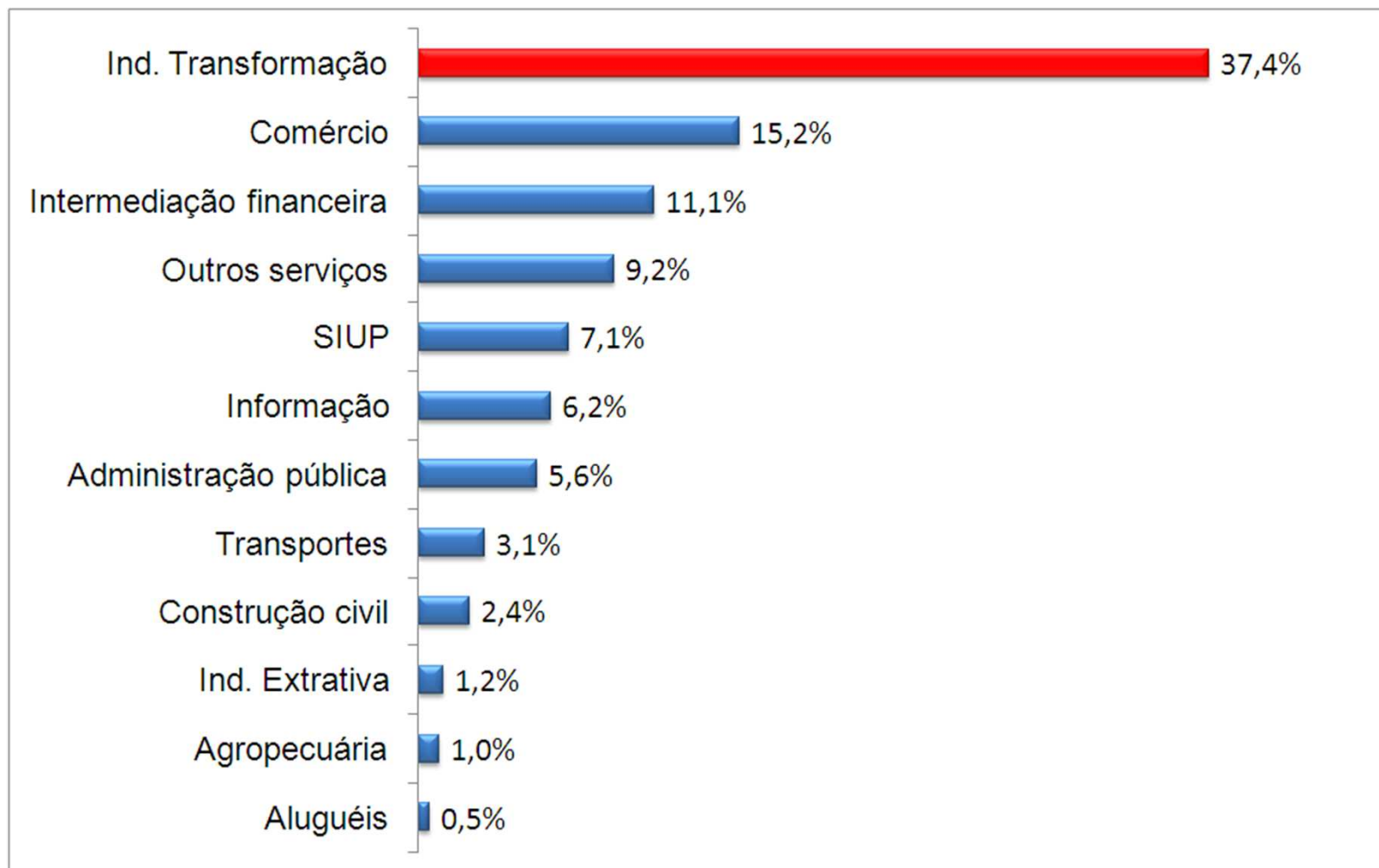
O crescimento da carga, a valorização do câmbio e as altas taxas de juros afetam gravemente o desenvolvimento da indústria de transformação, que tem perdido participação no PIB



Fonte: IPEA; IBGE. Elaboração: DECOMTEC/FIESP.

A Indústria de Transformação é o setor que mais contribui com a arrecadação de tributos, ... **FIESP**

De 2005 a 2009, a Indústria de Transformação contribuiu, em média, com 37,4% do total de tributos arrecadados entre os 12 setores de atividade da economia.

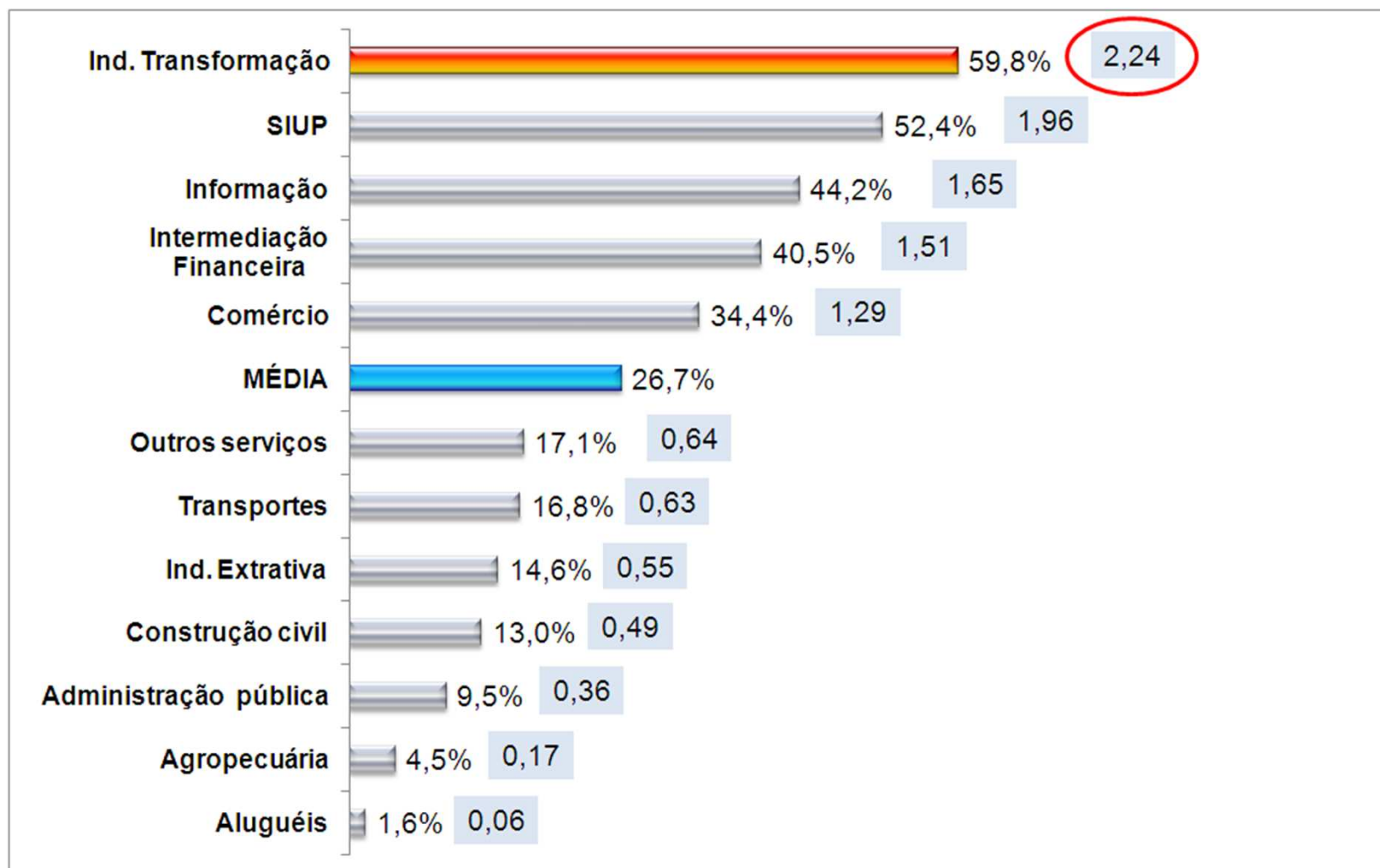


Fontes: RFB; CEF; Previdência Social; CNM; Confaz; IBGE. Elaboração: DECOMTEC/FIESP

SIUP: Serviços Industriais de Utilidades Públicas (água, energia, gás, tratamento de resíduos, dentre outros).

... portanto, a carga na indústria de transformação é maior, e ...

Entre 2005 e 2009, a indústria de transformação apresentou carga tributária média de 59,8% do PIB industrial. Essa relação é 2,24 vezes maior do que a carga tributária média dos setores, que foi de 26,7% no mesmo período.

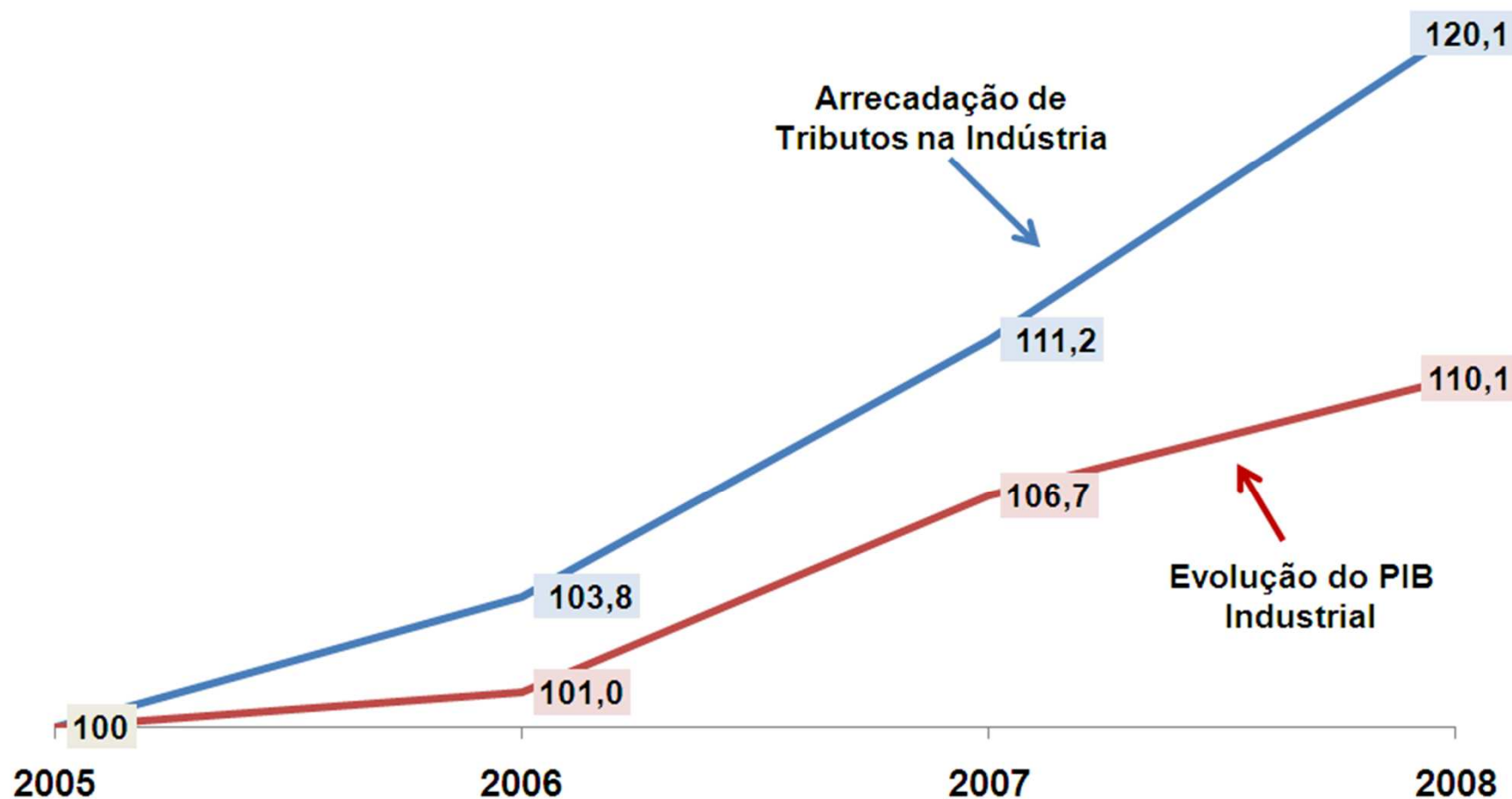


Fontes: RFB, CONFAZ, IBGE. Elaboração DECOMTEC/FIESP..

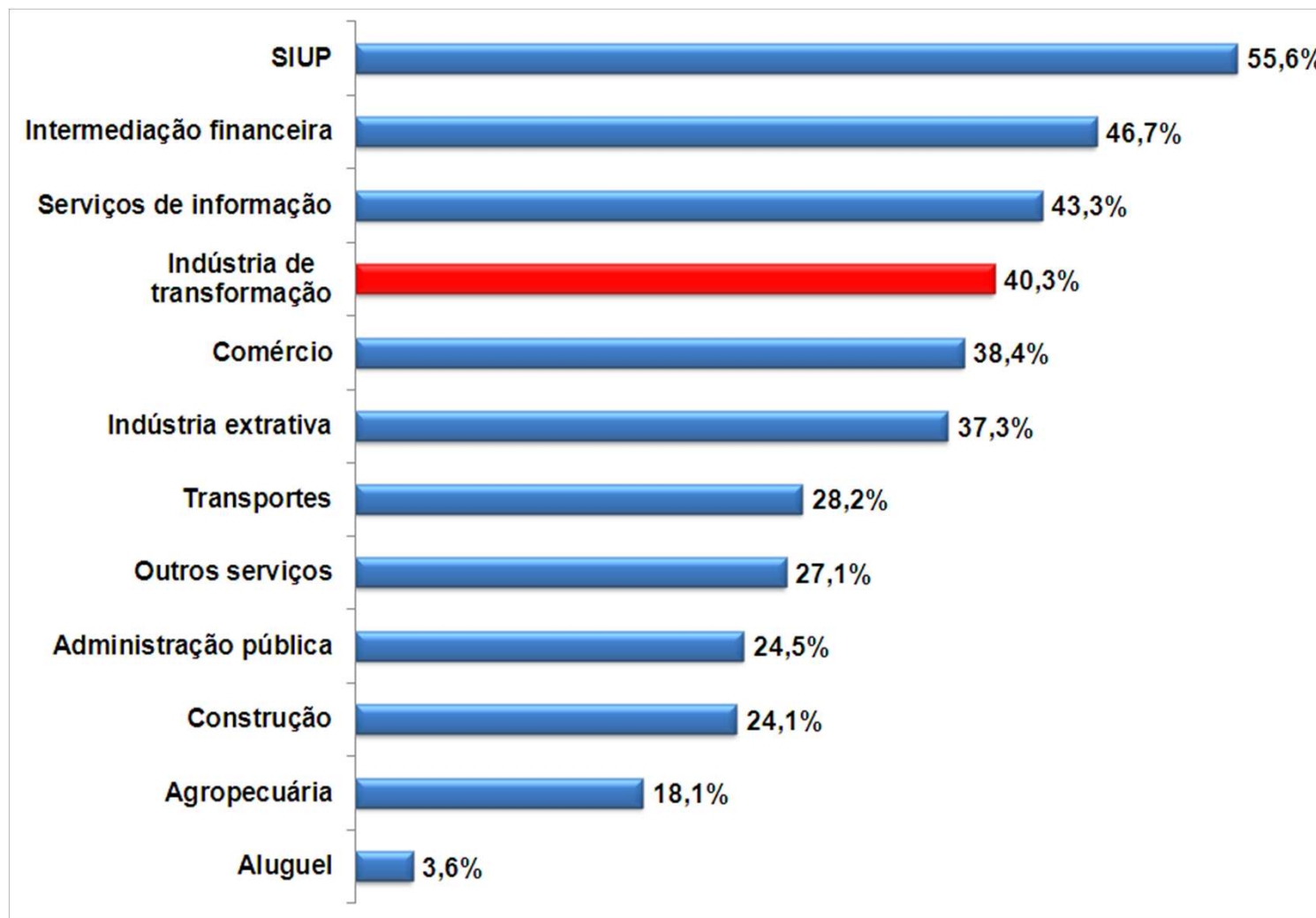
SIUP: Serviços Industriais de Utilidades Públicas (água, energia, gás, tratamento de resíduos, dentre outros).

A carga tributária na indústria tem se elevado mais rapidamente do que o PIB industrial.

Entre 2005 e 2008, as receitas tributária oriundas da indústria cresceram 20,1%, no mesmo período o PIB industrial apresentou evolução de 10,1%.



SIUP, Intermediação Financeira e Serviços de Informação (que são utilizados em grande medida pela IT) em conjunto com a Indústria de Transformação têm os reflexos mais expressivos da carga tributária nos preços.



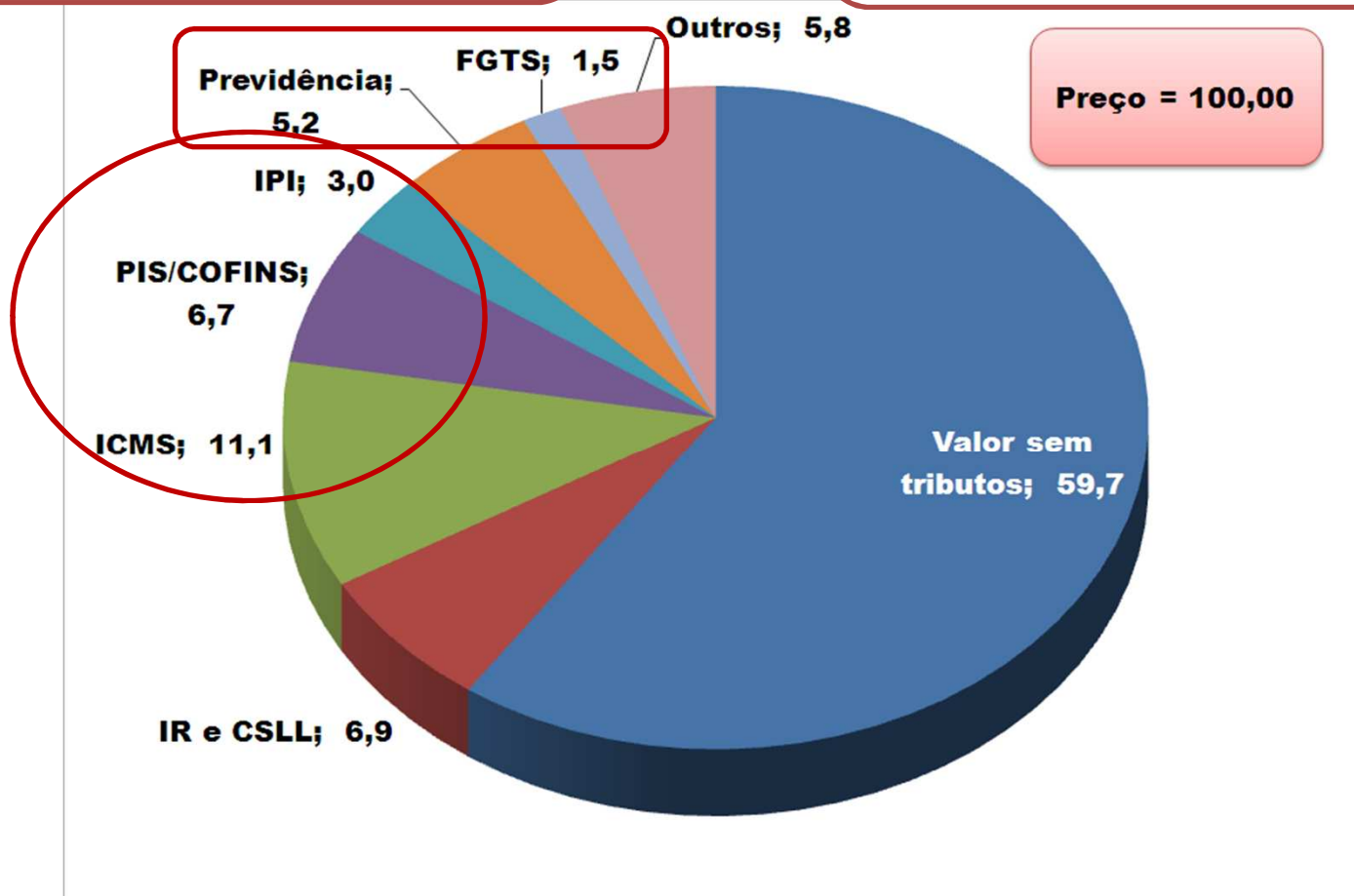
Fonte: IRFB, CONFAZ, IBGE. Elaboração: DECOMTEC/FIESP.. Dados relativos a 2007.

SIUP: Serviços Industriais de Utilidades Públicas (água, energia, gás, tratamento de resíduos, dentre outros).

Dentro dos 40,3% de tributos nos preços destacam-se aqueles associados a folha de pagamentos e a produção industrial, os quais reduzem a competitividade do setor nos mercados interno e externo. **FIESP**

Considerando os efeitos diretos e os indiretos (cumulativos), os tributos sobre a folha de pagamentos chegam a responder por 6,7% do preço dos produtos da indústria de transformação.

Os tributos sobre consumo e produção (IPI, ICMS, PIS/COFINS) correspondem a 20,8% do preço dos produtos da indústria.



E como se não bastasse há o descasamento entre o pagamento dos tributos e o recebimento das vendas

Nas empresas, o fato gerador de cada um dos tributos é o pagamento de salários, a aquisição de insumos, as vendas, a apuração dos lucros, dentre outros.

Esses eventos ocorrem na fase de produção e/ou na das vendas, estimando-se, assim, um prazo médio de pagamento desses tributos de **6 dias** após a realização das vendas (ou finalização do ciclo de produção).

Porém, o recebimento dessas vendas, ocorre, em média, após **54 dias**. Logo, existe um descasamento entre o pagamento dos tributos e o recebimento das vendas de **48 dias**.

O descasamento entre o recebimento das vendas e o pagamento dos tributos eleva as necessidades de capital de giro, prejudicando o equilíbrio econômico financeiros das empresas.

A Carga Tributária na Indústria de Transformação

- Contribui para o encolhimento do PIB industrial.
- É expressiva, uma vez que o setor responde por 37,4% das receitas tributárias da economia.
- Atinge 59,8% do PIB industrial.
- Cresce mais rapidamente do que o PIB industrial.
- Manifesta-se nos preços dos produtos da indústria com 40,3% de participação.
- Afeta justamente o setor com maior impacto na economia.
- Onera a produção e a folha de pagamentos.
- Eleva o custo do capital devido ao descasamento entre as vendas e o recolhimento dos tributos.



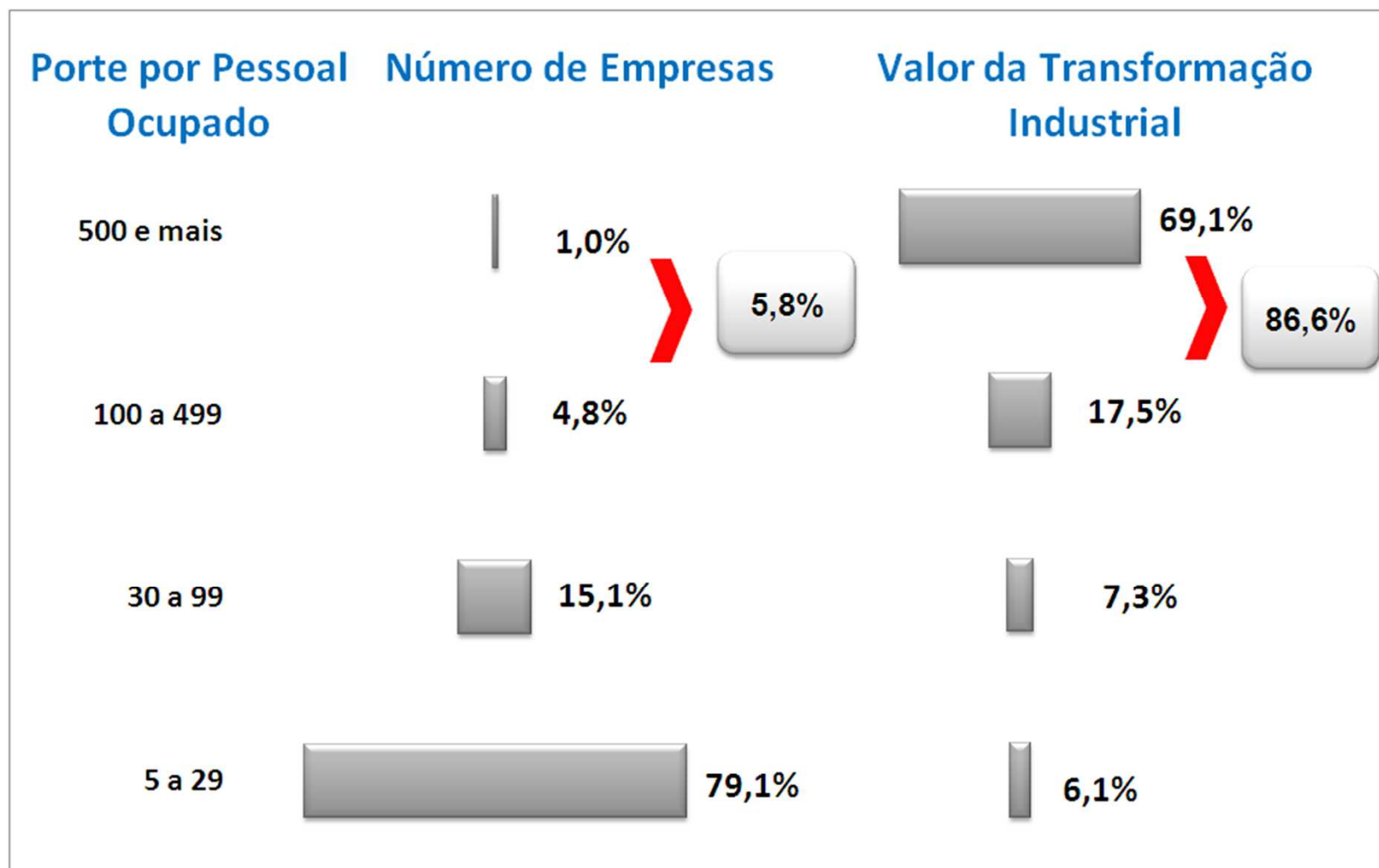
4. Por que a carga é mais elevada na indústria?

Vários fatores impulsionam a elevação da carga tributária na indústria de transformação como:

O alto grau de formalidade das empresas industriais e a concentração do PIB industrial nas empresas de maior porte, facilitando a cobrança e a fiscalização de tributos.

O tamanho da cadeia produtiva industrial que faz com que a indústria seja submetida a, praticamente, todos os tributos existentes na economia.

As empresas com mais de 100 funcionários correspondem a **FIESP** 5,8% do número de empresas da indústria de transformação, todavia, respondem por 86,6% do PIB industrial.



Fonte: Pesquisa Industrial Anual (2007)/IBGE. Elaboração: DECOMTEC/FIESP.



5. Consequências das distorções do Sistema Tributário Nacional

A carga elevada e o sistema tributário complexo têm efeitos bastante negativos nas decisões de investimentos



A carga tributária retira recursos que poderiam ser investidos na atividade produtiva, limitando o crescimento e reduzindo a geração de renda no País:

64% dos empresários industriais apontam a carga tributária como limitadora dos investimentos, e 59% assinalam a carga como o principal obstáculo à inovação.

Além de ser o principal obstáculo ao investimento, a carga tributária reduz a competitividade dos produtos nacionais nos mercados interno e externo. O produto nacional carrega, em média, 32,6% a mais em tributos do que o importado.

O Não cumprimento de regras sobre tributos recuperáveis, a tributação das exportações e a ineficácia das medidas de apoio aos exportadores causam prejuízos à competitividade da indústria brasileira

Os tributos embutidos nas compras de insumos das empresas representam 22,9% da receita livre de tributos, destes:

- 5,8% não são recuperáveis: INSS, IPTU, IOF, taxas
- 17,1% podem ser compensados caso destino da produção (ICMS, IPI, PIS, COFINS)

Na hipótese de 30% dos tributos recuperáveis empoçarem, a parcela de tributos não-recuperados atinge 10,93%

Entretanto, na prática essas regras não são obedecidas, onerando as exportações:

- Na esfera federal, o acúmulo se dá no PIS, COFINS e no IPI
- Os Créditos Federais não podem ser utilizados para pagamentos de INSS
- As empresas não podem vender os créditos tributários federais
- Na esfera estadual, o acúmulo de ICMS é ainda mais grave, não existindo estimativas confiáveis sobre o real volume desses créditos

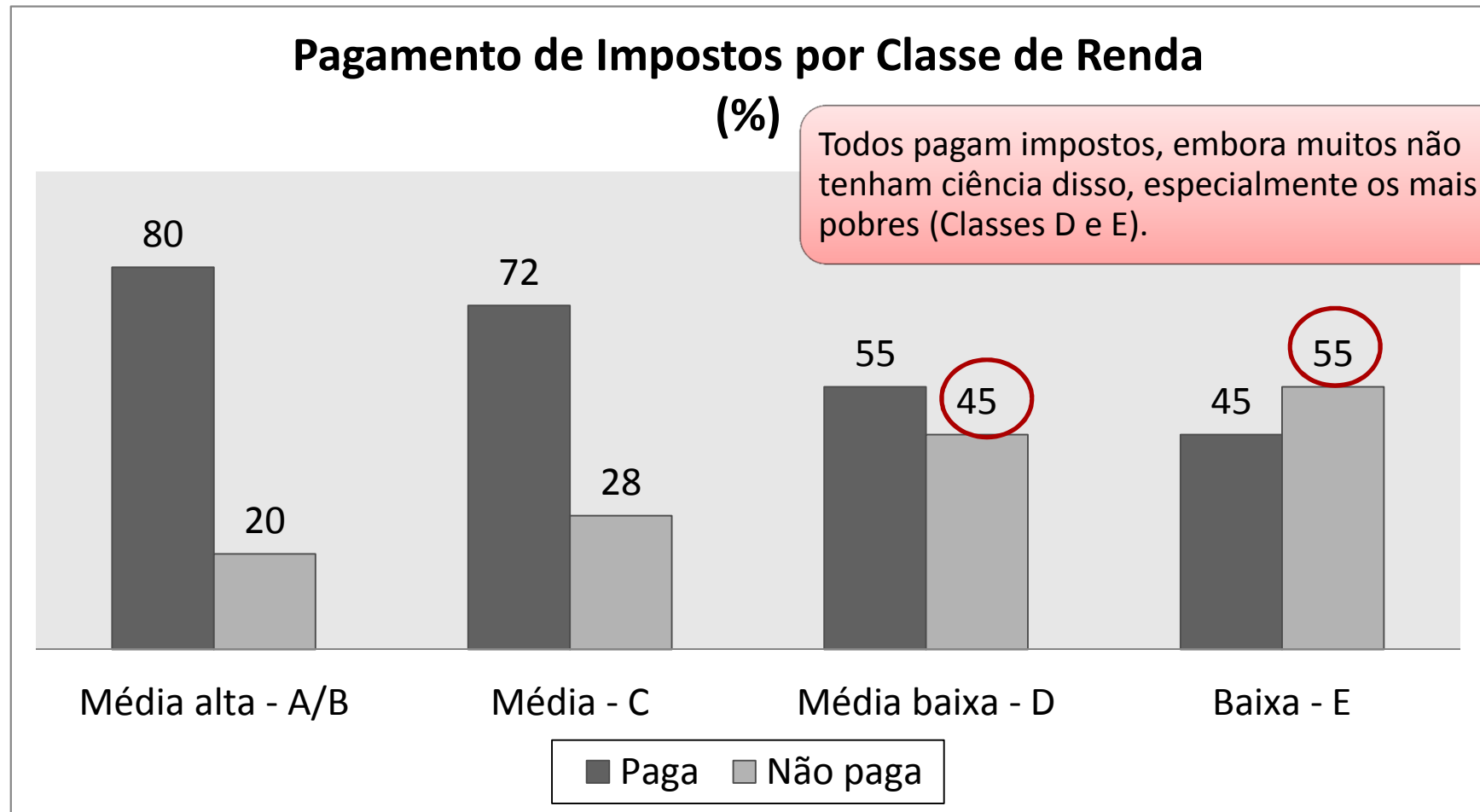
As medidas de apoio aos exportadores concedem poucos benefícios e são comprometidas por diversas “condicionalidades”. Por exemplo, na regulamentação (17/06), o retorno dos recursos é previsto somente para quem exporta há mais de 4 anos e tenha coeficiente de exportação de pelo menos 30% do faturamento nos últimos dois anos. Essa condição tem sido pouco provável de ser cumprida devido à crise e à instabilidade cambial dos últimos anos.



6. Educação Fiscal

Uma parte da população acredita que não paga impostos **FIESP**

Existe uma forte correlação entre renda e pagamento de impostos que sugere que os resultados não refletem apenas a separação entre os setores formal e informal da economia.

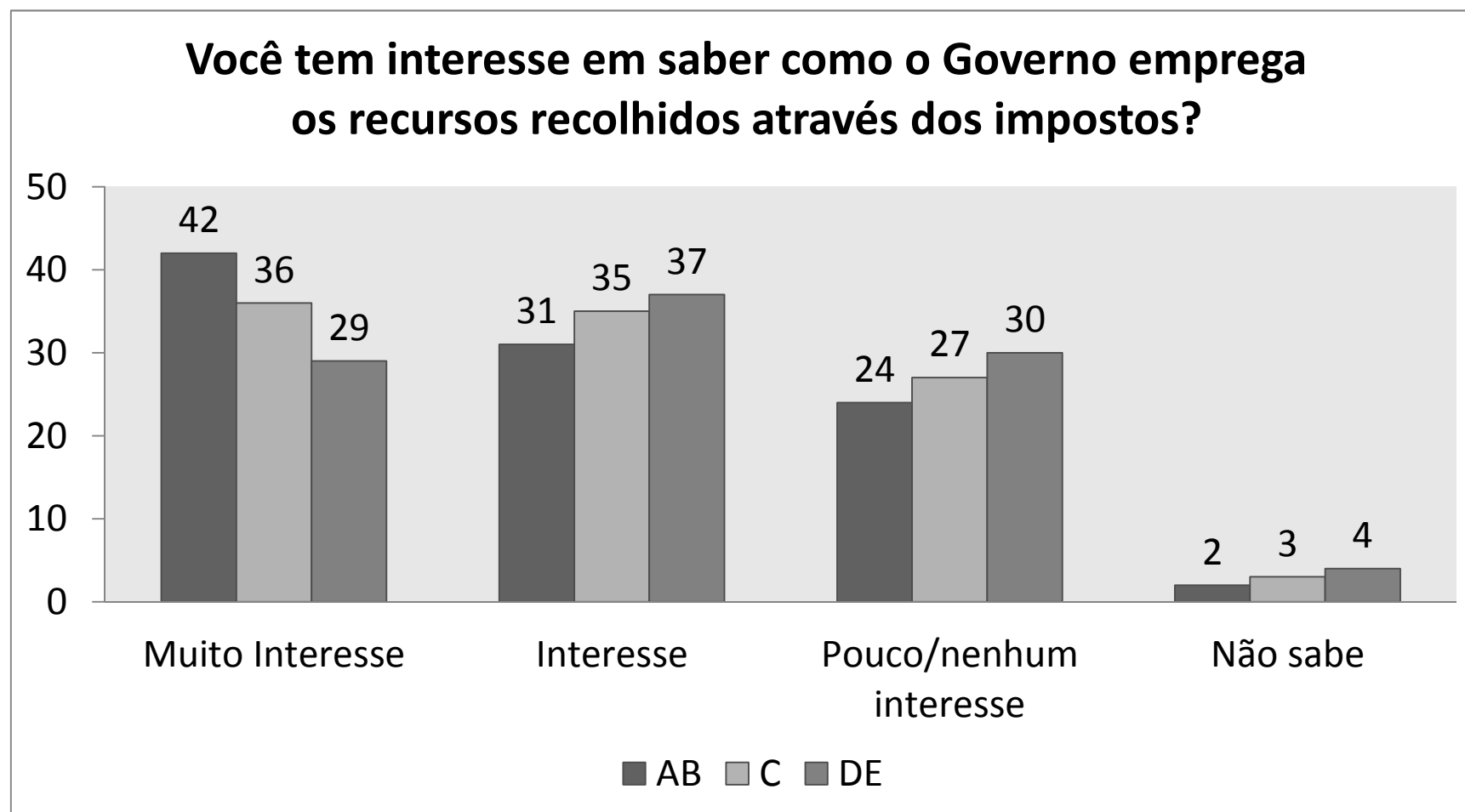


Fonte: Extraído de: Souza, A.; Lamounier, B. A Classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade

As Classes D e E são as que menos se interessam em saber como o Governo emprega os tributos. Nessas duas classes está a maior proporção daqueles que acreditam que não pagam tributos.



Em 2008, segundo o IPEA, os tributos retiraram 54% dos ganhos das famílias com renda de até 2 salários mínimos mensais, todavia, dos ganhos das famílias com renda acima de 30 salários, os tributos se apoderaram de 29% .



Analfabetismo Tributário

Falta de
Informação

- Uma parcela expressiva dos mais pobres desconhece que paga tributos.

Não conhece
Não cobra

- Como acreditam que não pagam, não têm interesse e não cobram o Governo.

Não exerce a
cidadania

- Não sabem; não conhecem; não cobram; não exercem a cidadania na fiscalização das atividades do Estado, deixando de cobrar os seus direitos.

Educação Fiscal: Necessário informar a população

- Muitas pessoas acreditam que nem pagam tributos, especialmente as mais pobres.
- O desinteresse pelas atividades do Governo se dá mais fortemente entre os mais pobres.
- Poucos se dão conta do caráter fortemente regressivo do atual sistema tributário sobre a renda, sobretudo a dos mais pobres
- Justamente pelo sistema ser regressivo os pobres deveriam ter mais interesse e cobrar o Governo.
- A população tem ciência de que a carga tributária é elevada, porém, desconhece a proporção e a quantidade de tributos que são embutidos nos preços das mercadorias e serviços que ela consome. Por exemplo, um produto industrializado de R\$ 100,00 carrega R\$ 40,30 em tributos.



7. Síntese e propostas

Sistema Tributário Nacional

Número elevado de tributos.

Descasamento entre o recebimento das vendas e o pagamento dos tributos

Falta de Transparência:

- Cascata vertical.
- Cálculo “por dentro”
- Excesso de burocracia.

Alta Tributação sobre a folha de pagamentos e a produção.

Carga tributária

A carga tributária é elevada na economia e, em particular, na indústria de transformação.

A carga tributária é regressiva e não é transparente. Atinge mais acentuadamente os pobres, que são os que mais desconhecem o quanto pagam em tributos embutidos nos produtos e serviços.

A redução da carga tributária gera o aumento dos investimentos, a melhoria da competitividade dos produtos nacionais, aumentando as exportações e o consumo das famílias.

Menos carga, mais consumo, mais investimentos, mais exportações, tudo isso eleva o emprego.

Logo, a redução da carga também é uma forma de inclusão social, com mais empregos e com o aumento do consumo das famílias.

Proposta

A reforma tributária no Brasil deve ter como objetivos gerais

Propiciar menor carga tributária;

Distribuir de forma mais equitativa a carga fiscal entre os setores de atividade econômica, priorizando a desoneração da produção;

Simplificar e tornar mais transparente o sistema tributário, reduzindo o número de tributos e a burocratização vigente;

Fazer prevalecer a isonomia tributária, de forma a não aceitar tratamentos distintos entre regiões, entre empresas que atuam em um mesmo mercado e entre produtos nacionais e importados.

Propostas para simplificação do Sistema Tributário

Rejeição de qualquer tipo de cumulatividade de impostos seja horizontal ou vertical, e proibição de alíquotas “por dentro”, definindo um conceito básico de valor líquido tributável para servir de base à tributação de qualquer bem ou serviço;

Unificação dos tributos incidentes sobre o valor adicionado em um único imposto sobre: ICMS, PIS/PASEP, IPI, COFINS e CIDE-Combustíveis;

Unificação dos tributos sobre a renda (CSLL E IRPJ);

Redefinição da partilha da arrecadação dos tributos sobre a Renda e do novo Imposto sobre o Valor Adicionado.

Buscar harmonização das legislações tributárias dos Estados.

Propostas para Justiça Fiscal

Ampliação do prazo de recolhimento dos impostos e contribuições, de tal modo que o pagamento desses tributos ocorra após o recebimento das vendas.

Efetiva implementação da utilização de créditos de ICMS de mercadorias de uso e consumo, conforme já previsto na Lei Complementar 87/96 a partir de 1º de janeiro de 2011.

Propostas de desoneração

Desoneração da folha de pagamentos, eliminando-se o Salário-Educação e identificando formas alternativas para a contribuição patronal ao sistema de previdência e assistência social.

Desoneração completa dos investimentos, isentando de tributos as máquinas e os equipamentos, bem como seus insumos, partes, peças e componentes.

Transparência

**Garantia à sociedade do direito de saber quanto paga de tributos em cada produto .
Devem ser definidos procedimentos para que os compradores tenham informação explícita e imediata sobre o montante global de tributos que incide sobre cada bem ou serviço.**

Isonomia: combate à guerra fiscal

De imediato, ainda que não se conclua acordo para a reforma tributária, redução escalonada no tempo da alíquota interestadual do ICMS, até alcançar o nível de 4%, suficiente para custear a fiscalização e administração fazendária e para minimizar eventuais perdas de alguns Estados;

Proibir por decisão judicial os incentivos dados por Estados às importações de produtos;

Criar mecanismos para coordenar a aplicação da substituição tributária nacionalmente, definindo os setores, com elevado grau de concentração, que estariam sujeitos a esse mecanismo e definindo os critérios para aplicação deste modelo de incidência. As regras devem ser de aplicação nacional para evitar iniciativas de guerra fiscal.

Créditos Tributários

Compensação plena, tanto dos tributos federais quanto estaduais oriundos de atividade exportadora e do mercado doméstico, com a garantia de pagamento também dos estoques de créditos já acumulados, em nível federal e estadual.

A resolução do sistema de restituição dos créditos tributários das exportações passa pela redefinição das competências da União e dos Estados sobre o comércio exterior.

Tendo em vista se tratar de atividade de relacionamento externo e com impacto nas contas nacionais, a União deve assumir a responsabilidade sobre a restituição plena e imediata dos créditos de todos os tributos, incluindo o ICMS.



Obrigado!

Departamento de Competitividade e Tecnologia - DECOMTEC

José Ricardo Roriz Coelho

www.fiesp.com.br/competitividade